



5ª Avaliação da troica

PORTUGAL: UMA ECONOMIA ASFIXIADA E UM PAÍS EM SOFRIMENTO

GOVERNO APRESENTA QUADRO ENGANADOR

O retrato que o Governo do PSD-CDS está a apresentar ao país é enganador. Promete o retorno do crescimento já em 2013 – enquanto o Banco de Portugal continua a prever a estagnação económica – depois de uma grave recessão este ano em que, após a imposição de sucessivos sacrifícios, o défice orçamental não será alcançado e a dívida pública continuará a aumentar.

Apesar dos juros dos títulos de dívida estarem a descer, os juros das obrigações a 10 anos continuam com níveis in comportavelmente altos e sujeitos à especulação dos “mercados”. As exportações têm mantido ritmos de crescimento significativos, mas com desaceleração este ano, ao mesmo tempo que as importações se têm reduzido, travadas pela diminuição do poder de compra e pela quebra do investimento, público e privado. A mensagem insiste na diminuição do défice externo, o que significa aliviar as necessidades de financiamento da economia, sem procurar saber se é sustentável.

Assim, é apresentado um quadro favorável, no preciso momento em que a recessão se aprofunda, o desemprego dá um novo salto e mais jovens abandonam o país. A gravidade desta posição não está só em semear ilusões com vista a fazer aceitar sacrifícios injustos. Setembro é um mês crucial não apenas porque decorre mais uma avaliação mas porque esta deve ser feita à luz do que mostra a aplicação da política de austeridade nos vários países, incluindo em Espanha, e dos desenvolvimentos da crise da dívida na UE. Para além de partir de um diagnóstico errado, temos a agravante de o Governo abdicar por completo da sua capacidade negocial.

RECESSÃO APROFUNDA-SE

A informação estatística recente não suporta a visão do Governo. A economia contraiu-se pelo sexto trimestre consecutivo, a variação homóloga é de -3,3% e na UE só a Grécia está pior. O INE assinala que “a redução mais acentuada do PIB foi determinada pelo comportamento da procura interna que registou um contributo mais negativo que o verificado no 1º trimestre de 2012, com particular destaque para o Investimento”.

A política de austeridade tem efeitos na redução quer do consumo privado quer do investimento. A diminuição do rendimento (desemprego, cortes salariais, aumento dos preços e dos impostos, etc.) leva os trabalhadores, os pensionistas e outros grupos sociais abrangidos a terem que cortar nas suas despesas. Esta redução tem também efeitos desfavoráveis no investimento, já que as empresas têm dificuldade em vender, sobretudo as que dependem do mercado interno, e em financiar-se devido ao aperto no crédito. Não admira assim que recentes projecções do Banco de Portugal apontem para uma quebra da formação bruta de capital fixo (fbcf), principal componente do investimento, de 12,7% este ano (a que acresce a de 2011, de 11.3%). Esta evolução negativa segue-se a um período de diminuição quase contínua da fbcf desde 2002.

As exportações, embora em crescimento (mas trata-se sobretudo de uma recuperação face aos valores registados em 2007), não só não compensam a contracção da procura interna como estão a desacelerar. Os dados do comércio externo referentes ao 1º semestre são claros: desaceleração das exportações do 1º para o 2º trimestre; parte significativa do crescimento das exportações a assentar em combustíveis e na venda de ouro e de metais preciosos; quebra das importações. A venda de ouro e de metais preciosos (surgem lojas de compra de ouro a cada esquina) espelha a crise sendo o resultado do empobrecimento das famílias que se estão a despojar do que têm para fazer face às suas necessidades diárias. As importações baixam devido à evolução da procura interna, e não da eficiência económica ou duma substituição de importações, pelo que a melhoria do défice externo não está garantida no futuro.

A execução orçamental referente aos sete primeiros meses de 2012 confirma o afastamento face ao objectivo de atingir um défice orçamental de 4,5% no final do ano. A quebra das receitas fiscais (- 3,5% sendo de - 4,7% nos impostos indirectos), o afundamento das contribuições para a segurança social (- 4,4%) e o crescimento da despesa com as prestações de desemprego (+ 22,6%) mostram o beco a que chegou uma política orçamental recessiva.

As perspectivas para 2013 não são favoráveis. O Banco de Portugal, contrariamente ao Governo, prevê que não haja crescimento em 2013. Já a OCDE aponta para a continuação da recessão. Por sua vez, a UE está no limiar da recessão: nos três últimos trimestres a variação do produto interno bruto foi negativa ou nula; a Espanha e a Itália estão em recessão; na própria Alemanha o crescimento desacelerou. Existem assim riscos muito elevados, incluindo no que respeita a evolução das exportações – o Banco de Portugal prevê para este ano um crescimento de 3,5%, bem inferior ao do ano passado (7,6%).

Temos em suma, uma recessão profunda que será seguida por uma provável estagnação no próximo ano. O Governo (Documento de Estratégia Orçamental) prevê um crescimento médio de 2% no período de 2013 a 2016. Ou seja, teremos na melhor hipótese a continuação do baixo crescimento que caracterizou a década passada. Com consequências óbvias quer na redução, que será lenta, do peso da dívida no PIB, quer no emprego, sabendo-se que com baixo crescimento dificilmente se criarão postos de trabalho.

Para a CGTP-IN continuar com mais política de austeridade é aprofundar a recessão. Pelo que, querer forçar o cumprimento do défice de 4,5% este ano é suicida. A experiência mostra que políticas drásticas de redução de défices públicos – para além do sofrimento que infligem a grupos sociais que não têm qualquer responsabilidade na crise – geram efeitos recessivos. Desde o início que salientámos ser totalmente irrealista o prazo para reduzir o défice público. Mas será ilusório pensar que a tolerância de um défice superior em 2012 resolverá todos os nossos problemas.

Para a CGTP-IN há que combinar respostas conjunturais com uma visão de médio e longo prazo. Nesta medida, considera como eixos fundamentais:

- No imediato, o mais urgente é sair da actual situação de sufoco económico e social. O que exige, primeiro que tudo, a **renegociação da dívida** – abrangendo a reestruturação do seu montante, a duração desta e a diminuição dos custos de financiamento – e a **redução progressiva do défice público** de forma a compatibilizá-lo com o crescimento, o emprego e a diminuição sustentada da dívida pública;
- Também no imediato, são precisas medidas de **dinamização da procura interna**, o que passa pelo consumo e pelo investimento. São urgentes medidas no domínio da política de rendimentos: aumento dos salários, actualização imediata do salário mínimo e a valorização das pensões. No domínio do investimento, é preciso investimento público e privado em actividades produtivas, na

construção e obras públicas, nomeadamente na renovação, reabilitação e requalificação urbana, dada a explosiva situação no sector;

- São precisas medidas dirigidas ao **crédito**, para que este chegue às micro, pequenas e médias empresas, e o desagravamento do **IVA na restauração**;
- São precisas medidas que combinam a visão de curto prazo com horizontes mais alargados, como sejam: um **programa de desenvolvimento** dirigido ao investimento do sector produtivo e sua modernização; a redução dos chamados custos de contexto, particularmente os da energia; a valorização dos serviços públicos e a defesa e reforço das funções sociais do Estado (Educação, Saúde e Segurança Social); o abandono do processo de privatizações e o desenvolvimento de acções que permitam ao Estado o controle dos sectores estratégicos para a economia portuguesa incluindo a reconstituição de um sector empresarial forte nas actividades financeiras;
- É preciso uma **política fiscal mais justa**, rompendo com a política de “sempre os mesmos a pagarem mais”: combate à evasão, fraude fiscal e economia paralela; medidas de reforma fiscal que tornem o sistema mais equilibrado, justo e progressivo, nomeadamente: o aumento da taxa de IRS para rendimentos muito elevados; a criação de uma sobretaxa de imposto sobre os dividendos distribuídos; a eliminação da isenção de pagamento de impostos que usufruem de cerca de 70% das mais-valias em Portugal, sujeitando-as à taxa em vigor de 21,5%; a aplicação de um imposto geral sobre a fortuna e de uma taxa sobre as transacções financeiras; a reforma do IRC de modo a assegurar que as grandes empresas paguem, á semelhança das restantes, uma taxa efectiva de 25%.

DESTRUIÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DESEMPREGO

A destruição de postos de trabalho constitui o aspecto mais dramático da presente crise. No espaço de um ano (entre o 2º trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2011) a população empregada diminuiu mais de 205 mil pessoas. Se a quebra foi mais intensa este ano, a verdade é que a diminuição do emprego já ocorre, continuamente, desde o 2º trimestre de 2008. Desde então perderam-se mais de meio milhão de empregos¹.

Ao não ter em conta a importância do mercado interno para a sustentação da economia e do emprego, o governo e a troika provocaram uma grave crise social e uma crise de emprego sem precedentes. De facto, os sectores mais afectados têm igualmente um elevado nível de emprego, em que se destacam a construção e obras públicas, o comércio, a restauração e vários serviços. O que é agravado pela contracção de crédito que, à excepção do sector exportador, afecta a generalidade das PME's, como reconhece a troika.

A indústria perde empregos há vários anos consecutivos, o que mostra que o problema de fundo reside no definhamento da actividade produtiva, o qual foi acelerado com as medidas de austeridade. A construção e obras públicas encontra-se numa situação dramática tendo o nível de emprego passado de 559 mil em 2008 (2º trimestre) para 375 mil hoje. Sem uma política industrial ambiciosa, sem obras públicas e sem uma reorientação para a renovação, reabilitação e requalificação urbana estas actividades continuarão a contrair-se e a perder empregos.

A taxa de desemprego atingiu os 15,7%². No espaço de um ano, há mais 249 mil desempregados e um número real de desempregados que atinge 1 milhão e 382 mil (juntando os inactivos disponíveis e

¹ Dados do INE, Inquérito ao Emprego.

² Dados do Eurostat, Euroindicators, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-31082012-BP/EN/3-31082012-BP-EN.PDF

indisponíveis e o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial). Mais de metade procura emprego há mais de 12 meses, sendo o regresso ao mercado de trabalho, num contexto de recessão cavada, cada vez mais difícil, até porque a maioria já procura emprego há 25 e mais meses. É sobretudo revelador que os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego tenham passado de 148 mil para 217 mil no espaço de um ano (ver quadro em anexo). O risco de exclusão social é claro devendo ter-se em conta que a maioria dos desempregados não acede a prestações de desemprego pois, como tem denunciado a CGTP-IN, as sucessivas revisões restritivas do regime de protecção social no desemprego estão a deixar sem protecção cada vez mais desempregados.

As medidas relativas ao mercado de trabalho, impostas pela troica, apenas agravam a crise de emprego: entre outras, a facilitação dos despedimentos, o embaratecimento das indemnizações e a forte redução do custo com as horas extra, uma medida claramente anti-emprego. O retorno da emigração em massa e a crescente desregulamentação do trabalho completam este quadro sombrio.

A CGTP-IN defende que a exigência fundamental para fazer à degradação do mercado de trabalho passa por políticas económicas que criem postos de trabalho. Esta política deve ser complementada pelo combate à precariedade de emprego, por medidas direccionadas para grupos específicos de trabalhadores (no quadro de políticas activas de emprego) e pelo reforço dos meios e da capacidade de intervenção da Inspeção de trabalho (ACT) e da CITE:

- **O combate à precariedade de emprego** em todas as suas componentes, de acordo com o princípio de que a postos de trabalho permanentes devem corresponder contratos de trabalho efectivos;
- **A adopção de políticas de emprego que promovam os níveis e a qualidade dos empregos:** Nas condições actuais é fundamental combater o **desemprego jovem** e o **desemprego de longa duração**. Para além da necessidade da criação de emprego, a principal prioridade tem de passar pelo combate à contratação abusiva de jovens para postos de trabalho de natureza permanente. Em relação aos estágios profissionais (principal componente do Impulso Jovem), a CGTP-IN defende: a existência de contratos escritos e de planos de estágio; a não substituição de trabalhadores das entidades beneficiárias por estagiários; a manutenção do nível de emprego à data da admissão do estagiário; bolsas de estágios que respeitem a contratação colectiva aplicável e não sejam inferiores ao salário mínimo; a cobertura pela segurança social; a fixação de regras que obriguem a entidade promotora dos estágios a integrar nos seus efectivos uma percentagem dos estagiários. As medidas dirigidas aos **desempregados de longa duração** devem ter como eixo fundamental a formação profissional;
- **O reforço dos meios e da capacidade de intervenção da Inspeção de trabalho (ACT) e da CITE**, de forma a assegurar uma melhor fiscalização e controlo do cumprimento da lei por parte das empresas em todos os domínios, sobretudo no que respeita à utilização ilegal de contratos a prazo, contratos de trabalho temporário, subcontratação e falsas prestações de serviços (os chamados recibos verdes), bem como às múltiplas formas de discriminação no acesso ao emprego.

RETORNO DE EMIGRAÇÃO EM MASSA

O elevado desemprego, para além do sofrimento social que provoca, desencadeou o retorno da emigração em massa. Trata-se de um facto novo no sentido de que os migrantes de hoje são na maioria jovens com elevadas habilitações. Não se trata só dos que já partiram. A imprensa divulgou conclusões de um estudo da Federação Académica do Porto segundo o qual 70% dos estudantes universitários admitem emigrar. E o Governo tem incentivado esta saída, incluindo afirmações do Primeiro-Ministro. A situação é grave sobretudo num país que tem défice de qualificações e uma das mais baixas taxas de fertilidade da UE.

Os jovens constituem um dos grupos sociais mais atingidos pela actual situação de degradação do mercado de trabalho. Estão mais expostos ao desemprego, à precariedade e aos baixos salários, embora tenham um nível de escolaridade mais elevado. A situação desfavorável dos jovens no emprego, que é reconhecido pelas instituições comunitárias, depende sobretudo da falta da criação de empregos e da situação de desregulação do mercado de trabalho onde existem medidas discriminatórias, como na contratação a prazo.

As implicações demográficas são evidentes, sabendo-se que Portugal tem uma taxa de fertilidade inferior à que assegura a renovação da população (é da ordem dos 1,5 já desde a segunda metade dos anos 80 e atingiu 1,32 em 2009). Esta taxa é mesmo uma das mais baixas da UE³, pelo que o actual processo migratório, conjugado com o retorno de parte dos imigrantes, irá acentuar o envelhecimento.

O impacto no crescimento económico, incluindo o de longo prazo, e no financiamento das políticas sociais pode ser dramático. O país desperdiça força de trabalho, que acabou de formar com recursos públicos, quando as qualificações constituem, nas economias de hoje, um dos factores determinantes do crescimento e do desenvolvimento. O que é mais grave num país com um défice de habilitações e de qualificações. A CGTP-IN salienta as contradições de uma política de austeridade, determinada pelo Governo, pelo FMI e por instituições europeias, que tem consequências que vão ao arrepio de um dos cinco objectivos anunciados na Estratégia 2020: que pelo menos 40% da população de 30 a 40 anos tenha um diploma de formação superior. Vale a pena comparar este objectivo com o valor verificado em Portugal (26%), com a média europeia (35%) e com a Irlanda (49%).

MERCADO DE TRABALHO MAIS DESREGULAMENTADO

O nível de vida (que estagnou na passada década face à média europeia) regride em termos absolutos a partir de 2011. Os trabalhadores, em conjunto com os pensionistas, foram os mais atingidos. Segundo a Comissão Europeia, o salário real por trabalhador diminuiu 4,4% em 2011 e 6% em 2012. A redução acumulada do poder de compra dos salários entre 2009 e 2013 é de 12% no conjunto da economia, sendo mais elevado na Administração Pública. Apenas a Grécia apresenta uma evolução mais desfavorável. Esta regressão salarial não tem em conta nem o agravamento da fiscalidade nem os cortes nos subsídios de férias e de Natal, pelo que a diminuição do poder de compra é superior.

O próprio salário mínimo nacional, que abrange hoje mais de 400 mil trabalhadores, teve uma quebra do poder de compra de 1,5% em 2011 e não foi actualizado este ano. Em Julho deste ano a queda acumulada do seu poder de compra atingiu os 4%.

As medidas do Governo/troica significam também um ataque ao direito de contratação colectiva, sob o argumento da moderação dos salários. O número de convenções colectivas de trabalho publicadas, em queda desde o Código de Trabalho de 2003, acentuou-se nos dois últimos anos. Um facto novo é a não publicação da maioria das portarias de extensão desde meados do ano passado. O Memorando de Entendimento prevê o congelamento na emissão de PE até à definição de critérios de representatividade sindical, avaliada com base em indicadores quantitativos.

A intromissão da troica em matérias da contratação colectiva ilustra de uma forma crua como, a coberto da invocação da necessidade de redução rápida do défice e da dívida pública, se estão a pôr em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, constitucionalmente tutelados.

³ Em 2009, isto é antes da emergência da crise da dívida, as três mais baixas taxas de natalidade pertenciam à Estónia (1,31), Hungria (1,32) e Portugal (1,32), face a 1,60 na média europeia. Um valor inferior a 1,3 é considerado como o mais baixo limiar de fertilidade (Eurostat, **Demography Report 2010**, pág. 28).

O mercado de trabalho apresenta-se mais desregulamentado e desigual. O elevado nível de desemprego força os trabalhadores a aceitarem qualquer emprego, por pior que seja. As ofertas de emprego têm valores ao nível do salário mínimo, ou pouco o excedem, mesmo quando se trata de profissões altamente qualificadas. A precarização é alta. Apesar dos trabalhadores precários estarem a ser mais atingidos pela destruição de empregos, 21% dos trabalhadores por conta de outrem têm contratos precários (contratos a prazo, falso trabalho independente, etc.). Os abusos à lei são constantes, até porque o grau de efectividade da legislação é “tradicionalmente” baixo. Este facto é esquecido quando se fala na “rigidez” da legislação de trabalho. O mesmo acontece quanto às mudanças legislativas que diminuíram os direitos quer individuais quer colectivos, dos trabalhadores, sobretudo desde 2003.

A CGTP-IN terá uma intervenção activa nos locais de trabalho com vista a defender normas, constantes de convenções colectivas de trabalho ou de usos da empresa, que sejam mais favoráveis que as do **Código de Trabalho** (Lei 23/2012 de 23.6). Considera também necessário:

- **A revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da Legislação para os trabalhadores da Administração Pública;**
- O desbloqueamento da **contratação colectiva**, através da intervenção activa do Governo com vista a encontrar soluções para os conflitos existentes promovendo a contratação colectiva;
- **O respeito pelos horários de trabalho** consagrados nas convenções colectivas de trabalho ou que resultem de usos das empresas;
- A publicação de **portarias de extensão** das convenções colectivas, cuja larga maioria foi suspensa desde meados de 2011;
- A **efectividade dos direitos** consagrados nas normas, legais e contratuais;
- A efectivação do **direito à formação profissional**, previsto no Código de Trabalho mas não cumprido por uma parte substancial de empresas;
- A redução da **sinistralidade laboral** que continua inaceitavelmente elevada.

O PAÍS EM SOFRIMENTO

A política de austeridade está sobretudo virada para o corte da despesa social. No Orçamento de Estado (OE) para 2012 as prestações sociais representam 41% do corte na despesa. Em relação a 2013, o Documento de Estratégia Orçamental volta a dar prioridade à redução da despesa, a qual representa perto de 2/3 do ajustamento orçamental previsto. E aponta-se para uma nova diminuição destas despesas no PIB de 0,2% (22% do corte na despesa). Neste Documento, o Governo prevê a diminuição do peso da despesa pública no PIB em 4,5 pontos percentuais em 2016 face a 2012 enquanto a receita diminui 0,4% neste período. Esta política tem um forte impacto nas condições de vida de uma população de baixo rendimento e de elevado nível de pobreza, sobretudo nos domínios da segurança social e da saúde.

Na segurança social destacam-se o corte nas transferências do Estado, as restrições no acesso ou nos valores de prestações sociais (como as prestações de desemprego, o subsídio de doença, o rendimento social de inserção e o subsídio de maternidade), e a suspensão das reformas antecipadas.

Foi debilitada protecção social dirigida aos sectores mais pobres e vulneráveis da sociedade (subsistema de Protecção Social de Cidadania). Os OEs para 2011 e 2012 reduziram as transferências do Estado para a segurança social de 17% em termos nominais e, em meados de 2010, foram restringidas as condições de acesso a todas as prestações não contributivas e outros apoios sociais dependentes da verificação de



condições de recurso e revogadas as medidas de apoio excepcional aos desempregados. A consequência foi a rápida redução da despesa com prestações entre 2010 e 2012 e uma forte quebra no número de beneficiários a partir de Junho de 2010 (superior a 30% no abono de família e no subsídio social de desemprego). A execução orçamental de 2011 mostra que a despesa com o abono de famílias caiu 30% e com o rendimento social de inserção (RSI) 20%. O Governo pretende agora obrigar os beneficiários do RSI a prestarem 15 horas semanais de trabalho comunitário em instituições sociais ou em autarquias, um passo mais numa estratégia de estigmatização destas pessoas e de subversão do fundamento da criação da prestação.

O regime previdencial é pressionado pela diminuição das contribuições (- 4,4% nos primeiros sete meses deste ano, pelo aumento da despesa com o desemprego, pelo elevado volume de fraude e de evasão contributiva e pela despesa resultante da integração do regime dos bancários. Esta situação não só afecta a sustentabilidade do sistema como constitui o pano de fundo para medidas de redução do direito à segurança social.

Regista-se um forte declínio na cobertura das prestações de desemprego desde meados de 2010 (de 61% no 2º trimestre deste ano para 45% dois anos depois; ver quadro em anexo). Tornar o sistema menos “generoso” tem sido a orientação seguida. O risco de exclusão social é manifesto pois mais de metade dos desempregados procuram emprego há mais de 12 meses. O que é agravado pelo facto de estar a subir a parte dos desempregados de muita longa duração (os que estão no desemprego há 25 e mais meses): de 27,6% em 2007 para 31,4% em 2011.

Os cortes no orçamento com a saúde (cerca de 14% no Serviço Nacional de Saúde em 2011 e 2012, em termos acumulados e nominais), conjugados com a Lei dos compromissos (Lei 8/2012 de 21.2) – que criminaliza qualquer compromisso que ultrapasse os limites de fundos disponíveis definidos administrativamente –, está a conduzir as instituições prestadoras de saúde a situações de quase ruptura.

Esta situação ocorre numa situação de profunda crise sem avaliação das consequências que decorrem para a população. Em Maio passado, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde interrogava se era razoável que o conforto dos credores da dívida portuguesa prevalecesse sobre princípios fundamentais, incluindo o de que a preocupação pela protecção da saúde deve ser transversal a todas as políticas. O Observatório denuncia o racionamento implícito resultante da contenção de gastos, as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e alerta que a reforma dos Cuidados de Saúde Primários corre riscos de degradação. A política de ataque ao SNS exprime-se na redução das suas capacidades e respostas (encerramentos de unidades, de serviços e de valências), na transferência de custos para os utentes, na perda de meios humanos e na sua precarização.

O acesso à saúde tem regredido em resultado dos aumentos das taxas moderadoras, das dificuldades no transporte de doentes e mantêm-se elevados tempos de espera. A parte do gasto com a saúde que é suportada pelos cidadãos (que já é superior à média dos países da OCDE) é alargada devido ao aumento em 100% das taxas moderadoras e à redução das comparticipações nos medicamentos que não é compensada pela baixa de alguns deles.

Programa de emergência de combate ao desemprego

A CGTP-IN considera que o crescimento do desemprego exige por si só a alteração das políticas económicas e a adopção de medidas de emergência. Por isso, propõe um programa estruturado em quatro eixos essenciais: a) a orientação geral das políticas económicas que devem privilegiar o crescimento, o emprego e a coesão social; b) o combate ao desemprego; c) medidas de estímulo à procura interna e de apoio ao financiamento da economia; d) medidas de reforço da protecção social.

A CGTP-IN defende que, sem prejuízo da necessidade de rever o regime do subsídio de desemprego, são necessárias medidas urgentes para evitar que os desempregados esgotem os subsídios e fiquem sem rendimento. **Por isso, defende o alargamento do subsídio social de desemprego.**

O subsídio social de desemprego insere-se no âmbito da Protecção Social de Cidadania pelo que é financiado por impostos e não por contribuições sociais. Torna-se pois necessário reforçar as transferências do Estado para este subsistema. Estas transferências devem ser apoiadas em meios adicionais, obtidos através da contribuição de rendimentos que, no essencial, têm escandalosamente escapado ao esforço de consolidação orçamental. Não há pois recurso a contribuições sociais. A proposta da CGTP-IN reforça a segurança social sem pôr em causa a sua sustentabilidade.

A CGTP-IN considera essencial defender o sistema público, solidário e universalista, a melhoria da segurança social, de forma a aliviar os efeitos da crise e a contribuir para a recuperação da economia, e o reforço da sustentabilidade do sistema:

- **Melhoria da segurança social**, o que passa pelo aumento das prestações e das pensões, incluindo de todas as pensões mínimas; a alteração do Indexante dos Apoios Sociais; a melhoria do acesso às prestações sociais não contributivas;
- **Reforço da sustentabilidade:** Entre outras medidas, a CGTP-IN propõe que as contribuições sobre os salários sejam complementadas por uma taxa contributiva incidindo sobre a riqueza criada nas empresas (o valor acrescentado líquido) não sujeita actualmente a contribuições para a Segurança Social. Defende também a reavaliação periódica do regime de transferência para o Estado das responsabilidades relativas às pensões da banca, reconsiderando a taxa de desconto e a tábua de mortalidade e confiando a gestão dos activos ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social.

UM MODELO DE COMPETITIVIDADE SUICIDA

O presente modelo baseia-se na utilização da austeridade com vista a baixar os custos com o trabalho e os preços dos produtos exportados, permitindo deste modo obter ganhos de competitividade. As ideias subjacentes são as de que os custos com o trabalho são altos e a de que o equilíbrio só pode ser obtido por via de um forte crescimento das exportações.

A ideia de que a perda de competitividade é devida ao aumento excessivo dos custos com o trabalho não é verdadeira. Em primeiro lugar, porque ignora o baixíssimo nível salarial do país. Em meados deste ano, 35% dos trabalhadores por conta de outrem tinham um rendimento mensal líquido inferior a 600 euros, sendo 43% na região Norte⁴. Em segundo, porque o custo horário do trabalho em 2011 é de apenas 44% do verificado na média da zona do euro⁵. Em terceiro, porque a evolução dos ordenados e salários no PIB quase não se alterou entre 1995 e 2008 (passou de 38,4% para 38,7%), apesar de, no mesmo período, ter havido um aumento do emprego (ver gráfico em anexo). Trata-se de um período suficientemente longo para analisar a parte salarial no produto nos anos que precederam a emergência da crise (primeiro internacional e depois a da dívida). Uma evolução salarial tão modesta não a poderia ter desencadeado.

Por sua vez, colocar toda a responsabilidade do crescimento nas exportações é ignorar o peso do mercado interno e ficar totalmente vulnerável à evolução económica nos países para os quais

⁴ Dados do INE, Inquérito ao Emprego (2º trimestre).

⁵ Dados do Eurostat.



exportamos. O próprio desenvolvimento do sector exportador é condicionado pela crise, a qual está a limitar o acesso ao crédito.

Esta política não responde aos problemas estruturais da economia portuguesa, como uma baixa qualificação da força de trabalho e um perfil produtivo em que preponderam produtos de baixa tecnologia. Estas razões explicam em grande parte a diferença de produtividade em relação aos países europeus mais avançados. Em 2010, 37,4% dos produtos industriais exportados eram de baixa tecnologia e 24,2% de média baixa tecnologia⁶.

Uma evolução para produtos de maior intensidade tecnológica exigiria que o esforço fosse dirigido à melhoria da produtividade e não à redução salarial. Ao fazer-se esta opção está-se a incentivar as empresas a procurarem ganhos de competitividade-preço, sacrificando os salários, empurrando a economia para os sectores de baixa produtividade. Ficamos mais vulneráveis porque num contexto de uma economia globalizada haverá sempre países a produzir por menos.

Nestas condições, a capacidade produtiva do país tende a atrofiar-se e não a desenvolver-se. Esta capacidade (PIB potencial) depende de factores que estão a ser enfraquecidos: compressão do *stock* de capital, perda de qualificações devida à emigração de jovens e adultos qualificados, cortes nas despesas com a educação, paragem de investimentos em infra-estruturas, desmotivação dos trabalhadores, ênfase posta na competitividade-preço e não na produtividade e na inovação. Esta orientação da troika é aliás contraditória com as mensagens fundamentais e as prioridades definidas no documento orientador das políticas económicas da UE, a Estratégia Europa 2020. Nesta Estratégia, as prioridades definidas são: a) criar valor baseando o crescimento no conhecimento; b) capacitar as pessoas em sociedades inclusivas; c) criar uma economia competitiva, interligada e mais verde.

Lisboa, 3 de Setembro de 2012

⁶ Segundo informação estatística do Ministério da Economia e do Emprego.

ANEXO

Indicadores: desemprego, subemprego e precariedade (2º trim., mil)

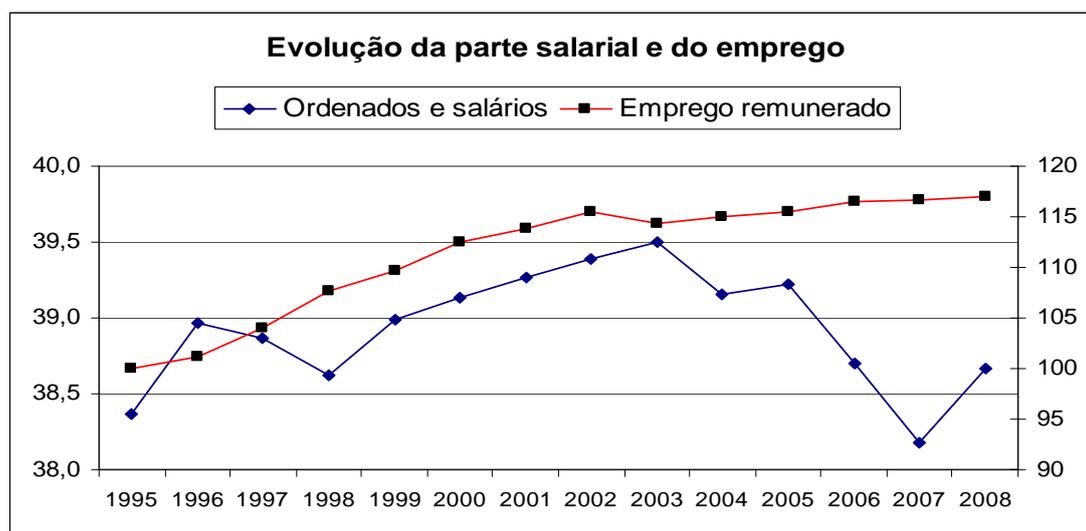
	2011	2012
Subemprego		
Subemprego a tempo parcial	211,4	261
% do emprego a tempo parcial	33,4	38,6
Desemprego		
Desemprego oficial	675,0	826,9
Inactivos não disponíveis à procura de emprego	31,6	37,7
Inactivos disponíveis que não procuram emprego	147,7	217,4
Precariedade		
Contratos não permanentes	882,3	768,7
% dos TPCO	22,8	21,0
Força de trabalho desperdiçada (sem subemprego)	854,3	1082,0
Força de trabalho desperdiçada (com subemprego)	1065,7	1343,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Cobertura das prestações de desemprego (2º trimestre)

	2008	2009	2010	2011	2012
Desempregados subsidiados (mil)	257,0	322,8	363,8	290,1	369,4*
Desempregados (mil)	409,9	507,7	598,8	675	826,9
Procura de novo emprego (mil)	359,6	457,9	535	608,3	745
Cobertura – total (%)	62,7	63,6	60,8	43,0	44,7
Cobertura – procura de novo emprego (%)	71,5	70,5	68,0	47,7	49,6

Fonte: INE (Inquérito ao Emprego) e GEP-MSSS (Boletim Estatístico) * média de Abril e Maio



Fonte: Calculado com base em INE, Contas Nacionais

Nota: Parte (%) dos ordenados e salários no PIB (eixo da esquerda) e emprego equivalente a tempo completo remunerado (1995 = 100) no eixo da direita

Leitura: A parte dos ordenados e salários no PIB passou de 38,4% em 1995 para 38,7% em 2008; o emprego passou de um índice 100 em 1995 para 114 em 2008.